



SOCIEDADE ABERTA

O pecado original



A. Domingues de Azevedo

Bastonário da OTOC

Os últimos dias confirmaram o que se temia: Portugal não vai conseguir cumprir as brutais metas orçamentais traçadas pela 'troika' e acriticamente ratificadas pelos três partidos. Pode-se justificar que as receitas derraparam e "furaram" os planos, mas o pecado original reside na forma precipitada e irresponsável como o acordo foi negociado com a União Europeia, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

No final de Agosto, de entre os milhares de turistas que, se espera, afluam a Lisboa, é aguardada uma "comitiva" da 'troika' para mais uma avaliação. A decisiva, anuncia-se. E que dirá muito do comportamento do Executivo de Passos Coelho e da dose do medicamento que continuaremos a tomar para debelar a enfermidade. Recomenda-se moderação, dizem e dizemos nós. É certo que a dívida levará mais tempo a pagar, mas pelo menos seriam atenuados os efeitos diretos e colaterais sobre a população. Estou confiante que os "tecnocratas" vão ser sensíveis e benevolentes, recompensando a lusitana obediência aos ditames da 'troika' e de Berlim. Aliás, se ainda se mantém a paciência para com os gregos, submersos num terrível caos e numa espiral de incumprimento, não há motivos palpáveis para penalizar Portugal, quando temos feito o rumo completamente inverso ao dos helénicos.

As expectativas são, por isso, moderadamente otimistas. Contudo, os problemas de fundo estão longe da resolução. Portugal está muito fragilizado, social e economicamente. A única diferença em relação à Espanha e à Grécia é que este sofrimento não é exteriorizado.

O acórdão do Tribunal Constitucional agravou a situação e aumentou a perplexidade. A lei é um travão relativamente a uma inequidade, mas tem o lado paradoxal de continuar a permitir o corte nos subsídios dos funcionários públicos e aposentados. Num país em que existe o princípio da separação dos poderes, um tribunal concluiu um acórdão com uma mensagem mais política, do que jurídica. O primeiro-ministro também cometeu outro pecado original: falou em cima dos acontecimentos. Quis as circunstâncias, no meio da rua, a minutos de entrar para uma peça de teatro. Este contexto vale o que vale, mas demonstra a forma leve como são tratados assuntos que mexem com milhões de portugueses.

E agora? É a pergunta à qual todos gostariam de contestar. Recorrer a mais impostos diretos e a uma sobretaxa no IRS para os privados seria o método mais "limpo" e cirúrgico por parte da Administração Fiscal. Mas seria uma medida que dizimaria ainda mais o setor não estatal, muito mais exposto à volatilidade do mercado e onde um posto de emprego corre o risco de ser extinto, de um dia para o outro.

O Governo deposita todos os seus focos sobre a receita, mas a vertente da despesa encontra-se mal explicada. Sobre a extinção de instituições estatais, das fundações e das empresas municipais ouvimos falar pouco. Há que pedir contas sobre milhões empataados em coisas que não servem para nada e insistir em indagar junto do Estado qual é o destino que é dado aos nossos impostos. A ausência de respostas cria mais indignação e o redobrado esforço que é exigido aos portugueses não tem contrapartida na redução sustentada da despesa.

E é do perigoso sentimento de injustiça, que vai insuflando, que as pessoas encontram motivos para "legitimarem" uma fuga aos impostos, engrossando uma florescente economia subterrânea, que fica à margem das estatísticas oficiais. Foi a fuga e a evasão fiscais que o Estado descurou, como também descurou o contributo das grandes fortunas e a reintrodução do imposto sucessório. Também aqui o pecado aconteceu no início do processo. ■

Artigo redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico